

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 525 - Brasília, quarta-feira, 20 de agosto de 1997



Cabral e Kleinübing (acima) na reunião que recebeu decisão da CCJ sobre o relatório de Requião (à esquerda)

## Sai amanhã parecer sobre Previdência

A maioria das 50 emendas encaminhadas em plenário deverá ser rejeitada pelo relator da reforma da Previdência, senador Beni Veras, que apresentará amanhã seu parecer à CCJ.

Beni Veras admitiu, no entanto, que poderá acatar emenda do líder do governo no Congresso, José Roberto Arruda, que desobriga o parlamentar de se vincular ao IPC e mantém o regime de contribuição previdenciária da profissão que ele exercia antes de ser eleito. **Página 4**

## Bezerra defende projeto da hidrovia

PÁGINA 4

## Fundo de Terras em discussão

O plenário discute hoje projeto de Esperidião Amin que cria um Fundo de Terras para custear a reforma agrária. Ontem, Osmar Dias condenou o radicalismo do MST e da UDR. **Pág. 3**

Em sessão presidida por Geraldo Melo (D) e secretariada por Ronaldo Cunha Lima, Albino Boaventura (C) tomou posse ontem como senador, substituindo Mauro Miranda, que se licenciou por quatro meses. **Página 8**



## Ministério Público terá relatório

*CPI dos Precatórios cumpriu seus objetivos, afirmam Cabral e Requião*

A CPI dos Precatórios realizou ontem sua última reunião, quando foi oficialmente informada da decisão da CCJ de considerar válido, na íntegra, o relatório do senador Roberto Requião. O relatório final, com os votos em separado, será agora encaminhado ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e ao Ministério Públi-

co, além de ser incluído na *home page* do Senado na Internet.

Antes de encerrar os trabalhos, o presidente da comissão, Bernardo Cabral, anunciou que caberá à CAE deliberar sobre os títulos públicos cuja negociação está suspensa. Cabral considerou que a missão da CPI foi cumprida. **Página 8**

## Planos de saúde poderão mudar

O projeto do senador Lúcio Alcântara que regulamenta os contratos de seguros-saúde é uma das 12 matérias que deverão ser apreciadas hoje pela Comissão de Assuntos Sociais. O projeto garante ao paciente a livre escolha do médico e do estabelecimento de saúde. **Página 3**

*Iniciativas bilaterais celebradas entre o Brasil e África do Sul, Finlândia e Paraguai têm por objetivo estabelecer maior controle sobre entorpecentes, evasão de imposto e trabalho de estrangeiros*

## Senado aprova acordo de combate ao tráfico



### ACM recebe deputado português

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem a visita do presidente do Partido Popular de Portugal, deputado Manoel Monteiro (foto), e comitiva. O parlamentar português transmitiu ao senador propostas que apresentará ao Parlamento Europeu no sentido de uma maior aproximação entre Brasil e Portugal.

Monteiro informou que propôs um corredor de saída própria para portugueses e brasileiros nos aeroportos dos dois países.

Além disso, o deputado português pretende apresentar um projeto para que empresas brasileiras possam investir diretamente na Bolsa de Valores de Portugal, e vice-versa.

O plenário do Senado aprovou ontem três acordos internacionais firmados pelo governo brasileiro, entre eles um acordo com a África do Sul para combate à produção e ao tráfico ilegal de entorpecentes, assinado pelos dois países em novembro de 96.

Recebeu ainda aprovação o acordo firmado com a Fin-

lândia, em abril de 96, para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão de imposto de renda. Também foi aprovado um acordo com o governo do Paraguai que estabelece as condições para que dependentes de diplomatas e de funcionários de embaixadas possam trabalhar no outro país.



Projetos foram votados em plenário

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

- 10h - Concede entrevista à Rede Bandeirantes de Rádio
- 11h - Recebe o presidente do Grupo Abril, Roberto Civita
- 12h - Recebe o embaixador da República Libanesa, Gazi Chidiac
- 15h30 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

O tempo da Hora do Expediente será destinado a homenagear o Dia do Maçom. Orador: José Roberto Arruda.

Ordem do Dia: Discussão em turno único do "PLC nº 98/96, que define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida; e "PLS nº 25/97-Complementar, que cria o Fundo de Terras.

### COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; "PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; "PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; "PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição federal, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 58/95, que

fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; e "PEC nº 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 17/96 (não terminativo), que regulamenta os seguros-saúde; "PLS nº 66/96 (terminativo), que dispõe sobre a utilização, pelos usuários, das portas dianteira e traseira dos ônibus urbanos; "PLS nº 32/97 (terminativo), que dispõe sobre o tratamento medicamentoso da dor em pacientes portadores de neoplasias comprovadas, por meio de entorpecentes; e "PLS nº 11/97 (terminativo), que dispõe sobre os acordos judiciais trabalhistas que tratam da concessão de seguro-desemprego e da manutenção do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão Especial Temporária do Endividamento dos Estados e dos Municípios

Pauta: Reunião de trabalho para discussão para os próximos depoimentos dos membros do Tribunal de Contas da União - TCU e do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - Ibam. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1481-52/97, que altera a Lei nº 8.031/90 (desestatização)

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

14h - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Apresentação do relatório parcial da deputada Célia Mendes. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marluço Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Heivaldo Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado

Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

*Projeto do senador Esperidião Amin cria uma reserva específica para custear programas de reforma agrária, beneficiando diretamente desde posseiros até filhos de produtores*

## Plenário vota hoje Fundo de Terras

O plenário do Senado discute hoje, em turno único, projeto de autoria do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que cria um Fundo de Terras, com o objetivo de estabelecer uma fonte direta e estável de recursos para custear os programas de reforma agrária do governo.

Pela proposição, serão beneficiários desse fundo os posseiros, arrendatários, parceiros e filhos de produtores que tenham no mínimo cinco anos de experi-



Amin: fonte de recursos para custear reforma

ência nas lides da agropecuária.

A matéria recebeu na Comissão de Assuntos Econômi-

cos substitutivo do relator, senador Osmar Dias (PSDB-PR), e voto em separado do senador José Serra (PSDB-SP). O substitutivo altera para Fundo de Terras e Reforma Agrária a denominação do mecanismo proposto.

Também está incluído na ordem do dia projeto de lei da Câmara dos Deputados que define competências e regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e de outros documentos de dívida. O projeto foi relatado favoravelmente pelo senador Esperidião Amin, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

## Osmar condena radicalismo e pede debate sério da crise no campo

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) criticou ontem o discurso radical a seu ver praticado por representantes da UDR (União Democrática Ruralista) e do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra), dizendo que reforma agrária não se faz com ameaças. "Em vez de frases feitas e desafios sobre quem é macho, os interessados em resolver o problema podiam discutir mais seriamente o assunto", aconselhou.

Ele sugeriu que o presidente Fernando Henrique Cardoso retira as forças que podem interferir nesse processo - Executivo, Congresso Nacional, Judiciário, MST e produtores rurais - para discutir todos os entraves que existem na execução da reforma agrária. "Vamos, por exemplo, cadastrar as famílias que realmente precisam de uma terra para trabalhar, porque ficar apenas discutindo é inútil", disse.

Osmar Dias condenou as ameaças feitas pelo presidente da UDR, Roosevelt Roque dos Santos, e afirmou ter aprendido em casa que "fa-

zer ameaça é desobedecer a lei e a Justiça". Em sua opinião, o radicalismo da linguagem utilizada por esse ruralista não é representativo do que pensam os verdadeiros produtores rurais do país. Assim como, em sua avaliação, o discurso de conotação estudantil dos líderes do MST não representa os agricultores sem terra.

- Custo a acreditar que a reforma agrária esteja sendo tratada com tamanha irresponsabilidade. De um lado, líderes que parecem estar num diretório acadêmico, com questões puramente ideológicas. De outro lado, a truculência e arrogância do presidente da UDR, que não está ajudando a preservar o direito de propriedade quando faz um discurso agressivo contra o presidente da República e contra pessoas humildes do MST.

Osmar Dias afirmou que não conhece nenhum produtor rural que tenha a arrogância de desafiar invasões de terra "para ver quem é mais



Osmar Dias: ameaçar é desobedecer a lei

homem". Ele disse que o presidente da UDR se posiciona como chefe de um exército, pronto para a guerra, quando a reforma agrária tem conotação completamente diferente.

Sobre o discurso dos líderes do MST, Osmar Dias comentou: "Os agricultores sem terra são trabalhadores e eu duvido que, entre eles, alguém se identifique com Stédile, Gilmar Mauro e outros líderes, que são verdadeiros estimuladores de conflitos". Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Pedro Simon (PMDB-RS) apartearam, para também pregar equilíbrio nessa discussão.

## CAS analisa projeto sobre seguro-saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), deve apreciar hoje o projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que regulamenta os contratos dos seguros-saúde. O senador argumenta que,



Ademir preside Comissão de Assuntos Sociais

com a falta de uma regulamentação adequada, cresce o número de queixas e processos movidos, junto aos órgãos de defesa do consumidor, contra as administradoras destes contratos.

O projeto estabelece que a livre escolha do médico e do estabelecimento de saúde é condição obrigatória nos contratos de seguro-saúde. Determina ainda a proposição que o reajuste das prestações de seguros-saúde só poderá ocorrer após um ano de vigência dos respectivos contratos ou de anterior reajuste, e será feito pelos índices de reajuste salarial. A matéria tem como relator o senador Valmir Campelo (PTB-DF).

Na reunião de hoje, a comissão deve examinar ainda outros 11 projetos de lei, entre eles, e em caráter terminativo, o do senador Júlio Campos (PFL-MT), que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos que possam ser expostos ao consumo.

Projeto do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) que regulamenta a venda e dispensação de medicamentos contendo antimicrobianos

também deve ser votado terminativamente pela comissão.

Outro projeto, do senador Onofre Quinan (PMDB-GO), que determina a utilização dos ônibus urbanos pelos passageiros mediante embarque pela porta dianteira e desembarque pela traseira, está presente na pauta da reunião, em caráter terminativo.

A Comissão de Assuntos Sociais deve apreciar ainda substitutivo a projeto oriundo da Câmara, relatado pelo senador Lúcio Alcântara, que prevê a utilização de cadáver não reclamado para fins de estudo ou pesquisas científicas.

Projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que estabelece o tratamento medicamentoso, por meio de entorpecentes, da dor em pacientes portadores de neoplasias comprovadas, também deve ser votado, em caráter terminativo, pela CAS hoje.

Na mesma reunião, deve ser apreciado terminativamente projeto do senador Joel de Holanda (PFL-PE) que prevê a isenção de contribuições sociais para instituições educacionais de caráter religioso e fixa critérios de contrapartida aos benefícios.

# PREVIDÊNCIA

## Beni Veras adianta rejeição à maioria das 50 emendas

O relator da reforma da Previdência, senador Beni Veras (PSDB-CE), apresenta amanhã à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) parecer em que deverá rejeitar a grande maioria das 50 emendas encaminhadas em plenário ao seu substitutivo.

Beni Veras declarou em entrevista, ontem, que o conteúdo do substitutivo "está mantido mais ou menos inteiro" no parecer. Ele argumentou que seu trabalho tem uma estrutura básica que seria compro-



Beni Veras: uma ou outra emenda será aceita

metida com a aceitação das emendas.

- As emendas tentam ampliar os benefícios concedidos pelo governo federal. Devo aceitar apenas uma ou outra

emenda, mais de redação - explicou.

O relator admitiu que poderá, entretanto, acatar emenda do líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que desobriga o parlamentar de vincular-se ao Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), garantindo-lhe a manutenção, no exercício do mandato, do regime de contribuição previdenciária da profissão que exercia antes de ser eleito.

Depois de votada na CCJ, a matéria será apreciada pelo plenário do Senado em dois turnos. Se aprovada com as alterações, a proposta voltará a ser submetida à Câmara dos Deputados.

## Benedita quer incluir trabalhador informal

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) considerou ontem que o substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE) ao projeto de reforma da Previdência não corrige privilégios e injustiças sociais, apesar das emendas apresentadas pelos senadores e incorporadas ao texto pelo relator.

Ela não concordou com a manutenção de diferentes regimes previdenciários e defendeu a adoção do sistema universal obrigatório, "abrangendo a totalidade dos brasileiros que recebem renda, inclusive os da economia informal".

Para exemplificar a manutenção de privilégios, Benedita da Silva citou o parágrafo 9º do artigo 42 do substitutivo que determina regime previdenciário próprio para militares. A seu ver, "não há servidores públicos civis e militares, tampouco empregados da iniciativa privada: existem, simplesmente, tra-



Benedita da Silva: trabalhador compara reforma ao Chupa-Cabra

balhadores".

A senadora, por outro lado, trouxe dados do Tribunal de Contas da União que assinam dívidas do setor público com a Previdência da ordem de R\$ 34 bilhões. Desses, conforme explicou, 19% são devidos pela União, estados e municípios. "Além do calote do Estado, uma minoria empresarial, ao longo dos anos, tem conseguido anistiar débitos com a convivência do Executivo e do próprio Legislativo", garantiu.

Benedita da Silva divulgou

um panfleto dos Trabalhadores Ativos e Aposentados da Baixada Santista comparando a reforma da Previdência a uma história de terror com o *Chupa-Cabra*.

No final do discurso, Benedita da Silva saudou a posse do senador Albino Gonçalves Boaventura (PMDB-GO). Lendo trechos da *Bíblia*, ela afirmou que o novo senador, também pastor evangélico, é um homem comprometido com questões sociais.

## Bezerra condena "falácia" contra hidrovia em jornal

Ao protestar contra matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, intitulada "Hidrovia pode secar áreas do Pantanal", o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) disse ontem que esse texto é mais uma falácia contra uma hidrovia que reduzirá os custos de frete da produção, cada vez mais elevados, do Centro-Oeste.

- É totalmente impossível rebaixar algum rio do Pantanal - garantiu. Segundo Bezerra, o que está prejudicando o Pantanal é o assoreamento decorrente da agricultura mecanizada, problema que é objeto do programa Bird-Pantanal, gerido pela União com recursos do banco internacional.

Quanto ao projeto da hidrovia, o senador salientou que, com um relatório de impacto ambiental "muito bem realizado", ele não prevê rebaixamento do leito do Paraguai nem correção de suas curvas.

Na matéria criticada pelo senador, as fontes são cientistas norte-americanos que lançaram um livro sobre o assunto, ainda esta semana, na Câmara dos Deputados. Para Carlos Bezerra, eles "vieram opinar sobre o que não entendem".

O senador concordou com aparte do senador Levy Dias (PPB-MS), que teria chegado ao



Bezerra: risco no Pantanal é outro

âmbito da questão ao dizer que "o Brasil tem incomodado muito com seu potencial de produção agrícola, pois nenhum país tem capacidade de ampliação de suas fronteiras agrícolas como o nosso".

Já para o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), toda vez que se apresentam projetos para os estados mais pobres do Brasil, "vem uma onda de pessoas apresentando versões distorcidas". O senador Júlio Campos (PFL-MT), por sua vez, salientou que o Paraguai é navegável há 200 anos, sendo que o próprio estado de Mato Grosso surgiu em função dessa qualidade. Para ele, as críticas têm origem em "lobbies de ONGs do meio ambiente que querem prejudicar o desenvolvimento mato-grossense".

## Dutra registra punição por tortura em Propriá

Um delegado e quatro policiais militares lotados na delegacia de Propriá, no estado de Sergipe, tiveram sua prisão preventiva decretada por prática de crimes de tortura e abuso de autoridade contra cidadãos do município, registrou ontem o senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

A decisão da Justiça, pioneira no estado, foi tomada pela juíza Maria de Fátima Ferreira de Barros e baseia-se na lei que pune crimes de tortura, aprovada pelo Congresso no primeiro semestre de 1997, conforme a presidente da OAB-SE, Aída Mascarenhas



Dutra: decisão pioneira Campos, afirmou o senador.

Para Dutra, a decisão judicial honra a luta contra a violação dos direitos humanos no país.

*Senador não deseja ver o Senado "novamente pressionado a apreciar sem emendas um projeto originário da Câmara"*

## Simon pede entendimento na tramitação da lei eleitoral

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez um apelo ontem aos deputados para que não votem na última hora o projeto de lei destinado a regular as eleições gerais de 1998, que deverá estar sancionado em 3 de outubro próximo. Ele não deseja ver o Senado "novamente pressionado a apreciar sem emendas um projeto originário da Câmara", como aconteceu durante a apreciação de matérias dessa natureza. Simon apelou também aos líderes para que cheguem a um entendimento sobre a tramitação da proposta.

Simon, que disse acompanhar "com respeito o trabalho do relator naquela Casa, pois tem tentado aprovar um texto mais racional", defendeu a fórmula encontrada pelo deputado Carlos Apolinário para a utilização do avião presidencial na campanha. Na opinião do senador, a solução é correta porque, por questões de segurança, o presidente deve mesmo usar o avião, mas mediante pagamento, cal-



Simon: contra inaugurações

culado à base do custo que Fernando Henrique teria se utilizasse um jatinho comercial.

Já quanto à permissão para inaugurar obras às vésperas das eleições, constante do projeto da Câmara e do que foi apresentado pelo senador José Serra (PSDB-SP) na semana passada, Pedro Simon afirmou ser enfaticamente contra.

- Nenhum candidato à eleição em cargos majoritários deve participar de inaugurações de obras - reiterou. A seu ver, a permissão estimularia a inauguração de hospitais e de escolas sem quaisquer condições de funcionamento. Além disso, argumentou o senador, "caberia austeridade ao governo e evitar tudo que pudesse ser usado contra ele pela oposição".

Simon defendeu que a campanha seja financiada pelo Tesouro Nacional e fiscalizada pela Justiça Eleitoral, conforme projeto de sua autoria. Ele é contrário ao uso de outros recursos, mesmo que pessoais. Condenando o caráter publicitário das campanhas realizadas pela tevê, o senador disse que os programas eleitorais representam 70% dos custos de uma campanha e propôs a proibição de recursos técnicos especiais.

- O eleitor, simples e singelo, quer apenas ver, ouvir, conhecer e decidir em que candidato votará - observou.

## Projeto caracteriza o assédio sexual como motivo para demissão

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ)

apresentou projeto que caracteriza o assédio sexual como falta grave e como justa causa para rescisão de contrato individual de trabalho.

Na opinião da senadora, "o assédio sexual é uma forma de violência das mais graves contra mulheres e homens, e não são poucas as ocorrências dessa violência no ambiente de trabalho".

A proposição, destacou a senadora, garante ao denunciante e à vítima de assédio estabilidade por um ano, podendo ser convertida em indenização. A proposta estabelece ainda que quem cometer assédio sexual será multado em 50% do seu salário, se empregado, e em valor correspondente ao salário da vítima, se empregador, revertendo a multa para o Fundo de

Amparo ao Trabalhador (FAT).

Benedita ressaltou que em casos de reincidência a multa a ser paga será dobrada e que a denúncia indevida de assédio sexual também será considerada falta grave.

- Há uma resistência cultural muito grande em reconhecer a existência do assédio, e uma forte tendência a desconsiderar a necessidade de tipificação do crime de assédio sexual. Isso mostra que na sociedade atual ainda persiste um ambiente predisposto a favorecer o assediador. A luta contra o assédio sexual é uma luta pelo respeito à mulher no seu ambiente de trabalho. Deve ser encarado como algo que rompe as relações humanas, e não como uma brincadeira - disse a senadora.

## Reforma beneficiará pequenas empresas, constata Alcântara

A reforma fiscal e tributária estimulará a formação empresarial, a absorção de mão-de-obra, a ampliação do mercado nacional, a melhor distribuição de renda e o aumento da arrecadação, além de gerar padrões avançados de qualidade, produtividade e competitividade. A previsão foi feita pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ao analisar o efeito desse quadro sobre micro, pequenas e médias empresas brasileiras.

Na opinião de Lúcio Alcântara, a reforma deverá ser o ponto culminante de uma série de providências que o governo vem tomando em favor das micro e pequenas empresas. Ele citou entre elas a legislação que criou o regime



Alcântara: é preciso fazer mais

unificado de recolhimento de impostos e contribuições sociais (Simples), considerada um "pequeno passo no sentido de uma melhor organização do

Estado e da garantia de um funcionamento mais eficaz dessas unidades produtivas".

Alcântara afirmou que, com o novo mecanismo, o governo espera aumentar significativamente a arrecadação e o nível de emprego. Ele observou ainda que estados e municípios têm mostrado pouca motivação para adotar o modelo simplificado "porque não gostariam de abrir mão dos impostos que cobram diretamente no âmbito de suas jurisdições".

- Devemos reconhecer que a legislação do Simples foi um passo positivo que o governo deu no sentido de melhorar a vida dos micro e pequenos empresários. Todavia, temos de admitir que é preciso fazer muito mais - insistiu Alcântara.

## Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

*Fenômeno que afeta as Américas há anos será estudado pela CPE presidida por Roberto Requião e que terá Wáldec Ornelas como relator. Possíveis impactos sobre o Brasil serão estimados*

## Comissão do "El Niño" está instalada

Foi instalada ontem a Comissão Parlamentar Externa criada com o objetivo de avaliar e levantar medidas preventivas cabíveis para proteger as populações e as economias das regiões sujeitas ao fenômeno "El Niño". Foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, os senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Beni Veras (PSDB-CE). O relator será o senador Wáldec Ornelas (PFL-BA).

O senador Esperidião Amin (PPB-SC), autor do requerimento que deu ori-

gem à criação da comissão, disse que o fenômeno "El Niño" poderá ocasionar prejuízos inéditos para a economia e para a sociedade brasileira este ano. Ele acredita ser possível fazer "um roteiro racional" que permita minimizar os efeitos "daquilo que se anuncia e que muito provavelmente ocorrerá".

Segundo Esperidião Amin, pesquisadores já identificaram o aumento da temperatura do oceano Pacífico e, como consequência, prevêem um aumento anormal das chuvas no sul do país e mais seca para o sertão nordestino.

## Suassuna alerta que greve das PMs não foi um fato isolado

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou que "não se pode diminuir ou suavizar a gravidade do problema criado ou revelado pela greve das Polícias Militares, ocorrida no final do mês de julho, sob pena de o país rever a questão no futuro".

Na opinião do senador, a segurança e a manutenção da ordem pública devem ser tratadas com "ênfase sistêmica", levando-se em conta o ambiente social brasileiro de onde surge e onde se dá a criminalidade e o atual estágio de interação das instituições que têm o dever precípuo de cuidar do problema.

Ney Suassuna afirmou que uma reforma unicamente no

sistema policial seria parcial, uma vez que todo o macrosistema de segurança e justiça no Brasil encontra-se defasado. Portanto, conforme o senador, o problema de segurança não é apenas uma questão da Polícia Militar ou da Polícia Civil.

Suassuna disse que é necessário o empenho do governo federal, do Poder Legislativo e do Judiciário para "erigir arcabouços modernos de segurança, investindo na preparação e na formação de pessoal e na renovação dos equipamentos, elaborando uma legislação eficaz e reestruturando o sistema judiciário, de modo a permitir agilidade à Justiça e conferir racionalidade à política prisional".



Suassuna: visão sistêmica inclui Legislativo e Judiciário



Rocha: avanço para o país

## Exposição dá apoio a arquivo eletrônico de documentos

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) destacou ontem exposição sobre gerenciamento eletrônico de documentos que seu gabinete está realizando, com o apoio do Centro Nacional de Desenvolvimento de Gerenciamento da Informação, desde a tarde de ontem e também hoje, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados.

Ele explicou que a exposição tem como finalidade demonstrar a aplicabilidade do projeto de sua autoria que dispõe sobre documentos produzidos e armazenados eletronicamente. A matéria já foi aprovada pelo Senado e está tramitando na Câmara dos Deputados.

Sebastião Rocha disse que durante a exposição seria feita a demonstração prática de seu projeto, cujo principal objetivo é reduzir espaços físicos e agilizar a recuperação dos documentos oficiais e das empresas privadas.

Para o senador, a proposta modernizará o gerenciamento das informações dos documentos e fará com que o Brasil possa acompanhar a evolução da tecnologia com uma legislação moderna.



Suplicy: projeto da Câmara deve ser aprovado o quanto antes

## Suplicy: audiência pública esclarece a bolsa-escola

O projeto que cria a bolsa-escola, por ser de teor assemechado ao que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), deve ser "aprovado o quanto antes, da forma mais bem feita possível", defendeu o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ontem em plenário.

Na sua opinião, a audiência pública que será requerida pela senadora Emília Fernandes (RS) à Comissão de Educação permitirá uma discussão aprofundada da matéria, para que seja votada de forma mais consciente. Caso a audiência seja realizada na terça-feira da semana que vem e caso os líderes governistas mantenham a intenção de requerer urgência para a matéria na sessão desta tarde, o projeto poderá ser votado no dia 27, disse.

Com essas observações, Suplicy comentou matéria publicada no *Jornal do Senado* de ontem sobre pronunciamento que fez em relação ao assunto. "Não tenho reparos a fazer sobre a matéria, apenas ao título", frisou.

Para o senador, o Programa de Garantia de Renda Mínima e o projeto da bolsa-escola "devem ser considerados

como sinônimos". A seu ver, são eles os instrumentos adequados à efetivação do desejo presidencial, manifesto na semana passada, de encerrar seu governo com todas as crianças brasileiras dentro das escolas.

Para isso, acrescentou, é preciso eliminar as inconsistências do projeto da bolsa-escola originário da Câmara, pois este introduzirá, na verdade, um "programa de renda ínfima".

Conforme o senador, o parecer de Emília Fernandes, entregue ontem à Comissão de Educação, demonstra que, no formato proposto, haverá até mesmo atribuição de renda negativa para determinadas famílias, enquanto outras, com igual índice de pobreza, terão acesso a alguma renda.

Quanto ao Programa de Garantia de Renda Mínima, Suplicy reiterou que ele já poderia ter sido aprovado na Câmara dos Deputados, onde se encontra desde dezembro de 1991. Como uma espécie de "renda da cidadania", o PGRM tem recebido cada vez mais apoio de economistas, registrou.

*Sugestão ao Conselho Nacional de Política Fazendária se baseia no fato de que há 15 anos não se renova a frota brasileira, já envelhecida e perdendo a eficiência exigida na agricultura*

## Campos quer tratores livres de ICMS

A isenção de ICMS para a aquisição de tratores agrícolas foi sugerida pelo senador Júlio Campos (PFL-MT) ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), como parte de uma política de modernização da agricultura brasileira.

O senador argumentou que essa providência, ao proporcionar a renovação e ampliação da frota nacional de tratores, levará à expansão da produção agrícola, dinamizando a economia dos estados. O resultado se reverterá em vantagem fiscal para os tesou-

ros estaduais. "É uma isenção que se pagará em dobro, em prazos breves", garantiu.

Na opinião de Júlio Campos, o consumo mundial de produtos agrícolas dá sinais de que vai aumentar. A seu ver, o Brasil, com políticas adequadas e criativas, pode tornar-se competitivo internacionalmente. A isenção do ICMS na compra de tratores "será medida que posicionará o Brasil favoravelmente nos mercados internacionais, que contribuirá, afinal, para o equilíbrio de nossas contas externas e para a solidez da nossa economia

como um todo", afirmou.

Júlio Campos disse que o agricultor brasileiro, pressionado por vários anos de preços agrícolas desfavoráveis, tem comprado poucas máquinas. "A frota está envelhecendo e perdendo a eficiência", advertiu. Conforme explicou, há 15 anos o país não aumenta o número de tratores agrícolas. "O trator é necessário, é o pau para toda obra do produtor rural. Com ele, se faz a aragem, o nivelamento, o plantio, o cultivo, o transporte de insumos na propriedade", finalizou.



Júlio Campos: trator é pau para toda obra na produção rural



## ACM recebe secretário de Cultura e Turismo da Bahia

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem a visita do secretário de Cultura e Turismo da Bahia, Paulo Gaudenzi, que pediu opiniões ao senador sobre os trabalhos do Museu Carlos Costa Pinto, de Salvador.

O presidente do Senado faz parte do conselho

do museu, que contém acervo de peças de prata, ouro, além de obras de arte em geral.

- Antonio Carlos Magalhães foi sempre o grande incentivador do Museu Carlos Costa Pinto. Digo até que a vida do museu se deve ao seu apoio constante - afirmou Paulo Gaudenzi, à saída da audiência.



O Informativo da **RÁDIO SENADO**  
**91,7 FM já**  
**está na**  
**INTERNET**

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)



O presidente da CPI, Bernardo Cabral, anunciou que a CAE deliberará sobre os títulos cuja negociação está suspensa, como é o caso do estado de Santa Catarina. Para ele, a comissão foi um "divisor de águas"

## Relatório segue para o Ministério Público

"Ganha o Brasil e ganha o Senado da República com o resultado sério e consequente dos trabalhos de investigação dessa CPI", declarou ontem o senador Roberto Requião (PMDB-PR), ao final da última reunião da comissão que investigou a emissão irregular de títulos para pagamento de precatórios. O relatório final, com os votos em separado, vai agora para o presidente do Senado e para o Ministério Público. E, por sugestão de Eduardo Suplicy (PT-SP), vai também para a home page do Senado na Internet, onde poderá ser acessado pela sociedade.

Antes do encerramento dos trabalhos, o presidente da CPI, senador Bernardo Ca-

bral (PFL-AM), anunciou que caberá à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deliberar sobre os títulos públicos cuja negociação está suspen-

**Roberto Requião garante que o Brasil e o Senado ganham com o resultado sério e consequente dos trabalhos de investigação**

sa por decisão tomada no curso das investigações. É o caso de Santa Catarina, que ficou impedida de registrar a rolagem de seus títulos no Cetip (Central de Liquidação e Registro de Títulos). Para o presidente da CPI, a missão a que se dedicaram foi cumprida.

- Que fiquem frustrados, pois, os agourentos e sardôni-

cos, que proclamaram que esta comissão não daria em nada. Nossa vocação certamente não é culinária. Cumprimos nosso dever, desdobremo-lo agora nas ações subsequentes - disse Bernardo Cabral em seu discurso de encerramento dos trabalhos da CPI.

Ele explicou que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania teve a delegação do plenário do Senado para deliberar sobre a validade do relatório final da CPI. E disse que o término dos trabalhos é uma ocasião para se refletir sobre "o relevante serviço público que o Senado Federal prestou à nação". Na avaliação de Ca-

bral, com essa CPI o Senado plantou "um divisor de águas para as regras aplicáveis às operações com títulos públicos".

Ele agradeceu a dedicação dos servidores que trabalharam na comissão, citando as Consultorias Legislativa e de Orçamento, a Advocacia do Senado, a Subsecretaria de Comissões, o Prodasen e outros. Louvou também o fato de a sociedade ter acompanhado os trabalhos da comissão por meio da TV e do Rádio Senado. E ressaltou a participação do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União, da Receita Federal, do Banco Central e da Polícia Federal nas diversas etapas desse trabalho.



Melo: autor do requerimento

### Plenário presta homenagem, pedida por Melo, a Moacir Duarte

A requerimento do senador Geraldo Melo (PSDB-RN), o Senado aprovou ontem o registro, em ata, de profundo pesar e o envio de condolências à família do ex-senador norte-rio-grandense Moacir Duarte, que faleceu no último fim de semana.

- Moacir Duarte teve uma breve passagem pelo Senado, mas não foi breve sua presença na vida política e administrativa do Rio Grande do Norte. Deputado brilhante nos anos 50, dedicado às posições que assumia, Moacir Duarte foi também um pecuarista pioneiro no estado, investindo na melhoria genética - afirmou Geraldo Melo, ao reverenciar a memória do ex-senador, Duarte foi, por muitos anos, presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Norte.



Emília: líderes na solenidade

### Emília ingressa esta manhã no PDT

Hoje às 11h, na sala da segunda vice-presidência da Casa, a senadora Emília Fernandes, do Rio Grande do Sul, confirmará seu ingresso no PDT. A senadora desligou-se do PTB este mês, por incompatibilidade ideológica.

A solenidade contará com a presença dos líderes do PDT na Câmara e no Senado e de outras lideranças do partido nas duas Casas.

## Boaventura toma posse, saudado como evangélico

Em sessão presidida pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN), tomou posse ontem o senador Albino Boaventura (PMDB-GO), suplente do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), que se licenciou do cargo por um período de quatro meses.

Após o juramento de posse, Albino Boaventura, que é pastor da Igreja Assembléia de Deus, afirmou que, "mesmo desenvolvendo o sacerdócio cristão, e principalmente por isso", nunca deixou de ter uma visão precisa e abrangente dos problemas nacionais.

Albino Boaventura agradeceu o apoio de todos os pastores de Goiás, bem como dos evangélicos que prestaram apoio a sua campanha, entre eles o pastor

Boaventura assume o lugar de Mauro Miranda, licenciado por quatro meses



Manoel Ferreira, presidente da Convenção Nacional das Igrejas Assembléia de Deus.

Em nome do PTB, o senador Valmir Campelo (DF) deu boas-vindas ao novo senador, "que tem demonstrado, por seu trabalho, a sua capacidade e o seu empenho, através das Igrejas de Assembléias

Evangélicas do estado de Goiás".

Valmir mencionou ainda a presença, na tribuna de honra, de representantes de igrejas evangélicas, incluindo o presidente nacional das Assembléias de Deus do Ministério de Madureira, pastor Manoel Ferreira.